



EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NO TERRITÓRIO DE PRODUÇÃO DO “ABACAXI TERRA DE AREIA” NO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL¹

Larissa Bueno Ambrosini²
Carlos Alberto Oliveira de Oliveira³
Rodrigo Favreto⁴

RESUMO

O cultivo do abacaxi, conhecido como abacaxi “terra de areia”, é desenvolvido em pequenas propriedades no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A região é a maior produtora de abacaxi do estado. Uma das possibilidades de agregar valor ao abacaxi seria através de uma Indicação de Geográfica (IG). Nosso estudo faz parte de um projeto de pesquisa que pretende levantar dados e discutir o potencial do abacaxi “terra de areia” em obter uma IG. Sendo um requisito identificar a origem da cultura na região e sua história, utilizamos a metodologia dos sistemas agrários (SA). O objetivo do artigo é apresentar os resultados dessa pesquisa: a reconstituição dos sistemas agrários do Litoral Norte do RS, situando o cultivo do abacaxizeiro na história da região. Num contexto histórico longo, vimos que o cultivo do abacaxi é bastante recente e que sua implantação está relacionada à busca de alternativas para as propriedades rurais dessa região. Pudemos constatar também que o núcleo urbano que deu origem ao município Terra de Areia, que empresta seu nome ao abacaxi, surge aproximadamente no mesmo período: ambos a partir da década de 1940. Os primeiros abacaxizeiros passaram por um período de adaptação e seleção natural e artificial de algumas décadas. A condição de solo em Terra de Areia foi apontada como um fator importante para o estabelecimento do abacaxi. Nos locais onde o solo é mais fértil, os produtores passaram a se dedicar a outros cultivos.

Palavras-chave: História do Rio Grande do Sul.. Ocupação territorial do RS. História Agrária do RS.

¹Esse estudo foi financiado pelo CNPq no âmbito do Projeto de Pesquisa “Potencialidades para obtenção de Indicação Geográfica (IG) por parte do abacaxi (*Ananas comosus*) de Terra de Areia – RS”. Uma versão desse trabalho foi apresentada no 53º. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, em 2015.

²Doutora em Administração (Université de Bourgogne- França). Pesquisadora da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO. Porto Alegre, RS. Brasil. E-mail: larissabueno@gmail.com

³Mestre em Agronegócios (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Pesquisador da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO. Porto Alegre, RS. Brasil. E-mail: carlos-oliveria@fepagro.rs.gov.br

⁴Doutor em Ciências (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Pesquisador da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO. Porto Alegre, RS. Brasil. E-mail: rfavreto@fepagro.rs.gov.br

EVOLUTION OF AGRARIAN SYSTEMS IN THE TERRITORY OF “TERRA DE AREIA’S” PINEAPPLE IN THE COAST OF RIO GRANDE DO SUL - BRAZIL

ABSTRACT

The pineapple cultivation in the coast of Rio Grande do Sul, in the south of Brazil is developed on small farms. The region is the largest producer of pineapple in the department. The reference to the “terra de areia’s” is frequent in the region and Porto Alegre - the capital of the department. However, many of the aspects related to this crop are not known: the economic condition of the families, the forms of disposal and marketing of production. One of the possibilities of adding value to pineapple would be through a geographical indication (GI). Our study is part of a research project that provides study the potential for obtaining GI for that product. This article aims agrarian systems of the Coast of the RS, identifying the origin of the pineapple crop in the region and its history. We found that the pineapple culture reached the region by 1940. The first pineapple plants went through a period of adaptation and selection. The soil condition in Terra de Areia has been identified as an important factor for the establishment of pineapple. In places where the soil is more fertile, producers began to devote to other crops.

Key words: South Brazil history. Territorial settlement in South Brazil. Agrarian history.

1 INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Sul, o município de Terra de Areia no Litoral Norte se destaca como maior produtor de abacaxi do estado, apresentando colheitas com produção superior a 3 milhões de frutos em uma área plantada superior a 240 ha (IBGE, 2010). A atividade, que envolve cerca de 110 famílias apenas em Terra de Areia (SANTIN; PINHEIRO, 2009), movimenta a economia local, tendo originado inclusive a Festa Nacional do Abacaxi que acontece a cada dois anos no município.

Em relação ao consumo, observa-se um reconhecimento e uma valorização do produto por parte dos consumidores devido às características gerais do fruto, como sabor adocicado proeminente. É muito comum encontrar em bancas e fruteiras de Porto Alegre e do Litoral a referência “terra de areia” para ‘qualificar’ a oferta do abacaxi. Segundo alguns produtores, a denominação vem sendo utilizada inclusive para vender frutos que não têm origem na região.

Entretanto, a história do “abacaxi terra de areia”, como é conhecido o fruto proveniente do Litoral Norte, carece de registros. De forma geral, ainda há pouca pesquisa⁵ sobre o abacaxi no RS, havendo necessidade de se conhecer melhor e documentar diferentes aspectos da cultura.

⁵ A portaria (236/2012) normatizando o zoneamento climático para a cultura, por exemplo, foi publicada em outubro de 2012. Até essa data, os produtores não tinham acesso ao Proagro, pois o abacaxizeiro não constava no zoneamento climático da região.

Uma das possibilidades de agregar valor ao abacaxi seria através de uma Indicação de Geográfica (IG). A IG é um conceito originalmente europeu, que foi desenvolvido na França a partir do início do século XX, quando uma crise importante da vitivinicultura fez com que fossem criadas regras para o uso de nomes geográficos (BÉRARD; MARCHENAY, 2007). O objetivo era proteger a oferta de vinho de uma determinada região contra a concorrência do produto externo, que estaria utilizando uma denominação de origem reputada indevidamente. Posteriormente a IG começou a ser utilizada para, além de proteger um produto e seu saber-fazer, valorizá-lo. Essa ferramenta foi se difundindo para outros países europeus e gradualmente para países em desenvolvimento.

Atualmente IGs têm sido apontadas como instrumentos de diferenciação e valorização, sobretudo, mas não apenas, para produtos alimentares. Essa dinâmica está relacionada à exploração de nichos de mercado, “[...] como marcas de qualidade ou produtos típicos, todos eles de apelo crescente nos mercados mais dinâmicos” (FAVARETO, 2010, p. 229). As noções de IG mobilizam relações complexas entre um produto e sua origem, delimitada em termos espaciais e históricos. A dimensão espacial está relacionada com o ambiente natural, onde as condições de terreno, solo e clima exprimem e formam a *ancrage* (ou enraizamento) geográfica dos alimentos. A dimensão histórica e cultural diz respeito ao homem e seu meio, e às técnicas de transformação dos produtos, através das competências desenvolvidas e gravadas na história de um território. A análise dessas relações permite a compreensão da formação de um sistema agroalimentar dito tradicional (BARJOLLE et al., 1998; VALSESCHINI, 2000, AURIER et al., 2005; BÉRARD; MARCHENAY, 2007).

Nosso estudo faz parte de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq⁶ que pretende levantar dados e discutir o potencial do “abacaxi terra de areia” em obter uma IG. O projeto prevê caracterização das condições ambientais do território (climáticas e de solo, com foco na cultura do abacaxi); a caracterização histórica da ocupação do território (com foco na cultura do abacaxi); a realização do diagnóstico e caracterização dos Sistemas Produtivos atualmente implementados pelos produtores de abacaxi, verificando sua situação produtiva e econômica; a caracterização da cadeia produtiva e canais de comercialização do “abacaxi terra de areia” e uma pesquisa sobre a percepção dos consumidores com relação ao produto.

O presente trabalho cumpre uma das metas do projeto e pretende contribuir para o conhecimento acerca da história das práticas agrícolas que se sucederam ao longo do tempo no atual território de cultivo do “abacaxi terra de areia”. O objetivo é caracterizar a ocupação humana e sua interação com a paisagem e com os recursos naturais e descrever a história da cultura do abacaxi na região, indicando sua origem. Dessa forma, pretendemos contribuir para o conhecimento acerca da importância econômica e social do “abacaxi terra de areia”, e sua relação com o ecossistema, a cultura e a economia local.

⁶ Potencialidades para a obtenção de Indicação Geográfica (IG) por parte do abacaxi (*Ananas comosus*) de Terra de Areia – RS aprovado no Edital MCTI/CNPq n.14/2013 – Universal.

2 METODOLOGIA

Para resgatar a ocupação do território e da interação entre a cultura do abacaxi e Terra de Areia, adotaremos a metodologia dos “Sistemas Agrários”. Segundo Mazoyer e Roudart (1997/1998, p.39), a Teoria dos Sistemas Agrários (SA) é um instrumento que possibilita a apreensão da complexidade de cada forma de agricultura, dando conta, “[...] a traços largos, das transformações históricas e da diferenciação geográfica das agriculturas humanas”. Assim, cada sistema agrário será a expressão de um modo de agricultura “[...] historicamente constituído e geograficamente localizado, composto de um ecossistema cultivado característico e de um sistema social produtivo definido”.

O sistema produtivo é caracterizado pelo tipo de instrumentos e energia utilizados para o cultivo em um ecossistema, bem como para renová-lo e para explorar a sua fertilidade. Ainda, “[...] o tipo de instrumentos e de energia utilizados são, eles próprios, condicionados pela divisão do trabalho vigente na sociedade da época” (MAZOYER; ROUDART, 1997/1998, p.43). Buscaremos tais elementos para compor cada um dos sistemas agrários que se sucederam no território pesquisado, assumindo que a evolução de um sistema agrário a outro é o produto de interações que ocorrem desde o nível natural – solo, temperatura, vegetação – até níveis econômicos e históricos da região, do estado e do país, que influenciam os acontecimentos em nível local.

Para caracterizar cada SA, os seguintes componentes serão levados em consideração: caracterização do meio ambiente; levantamento dos modos de exploração do meio; instrumentos de produção; força de trabalho utilizada; modo de acesso ao fundiário; principais categorias sociais; produtos de exploração do meio; relações de produção e troca; utilização da paisagem.

A pesquisa foi feita em duas etapas, primeiramente foram coletados dados secundários obtidos através de revisão bibliográfica, sobre a formação do estado do Rio Grande do Sul, a história do município de Terra de Areia e da ocupação do Litoral Norte do estado. Em seguida, foram feitas entrevistas semi-abertas com informantes-chave da comunidade (3 produtores, 3 extensionistas, 1 pesquisador) buscando a complementação de informações históricas não disponíveis em fontes bibliográficas, bem como relatos pessoais ou familiares relacionados com o cultivo do abacaxi. Por fim, buscamos também informações históricas sobre eventos relevantes que influenciaram a conformação ou transformação dos sistemas agrários no território.

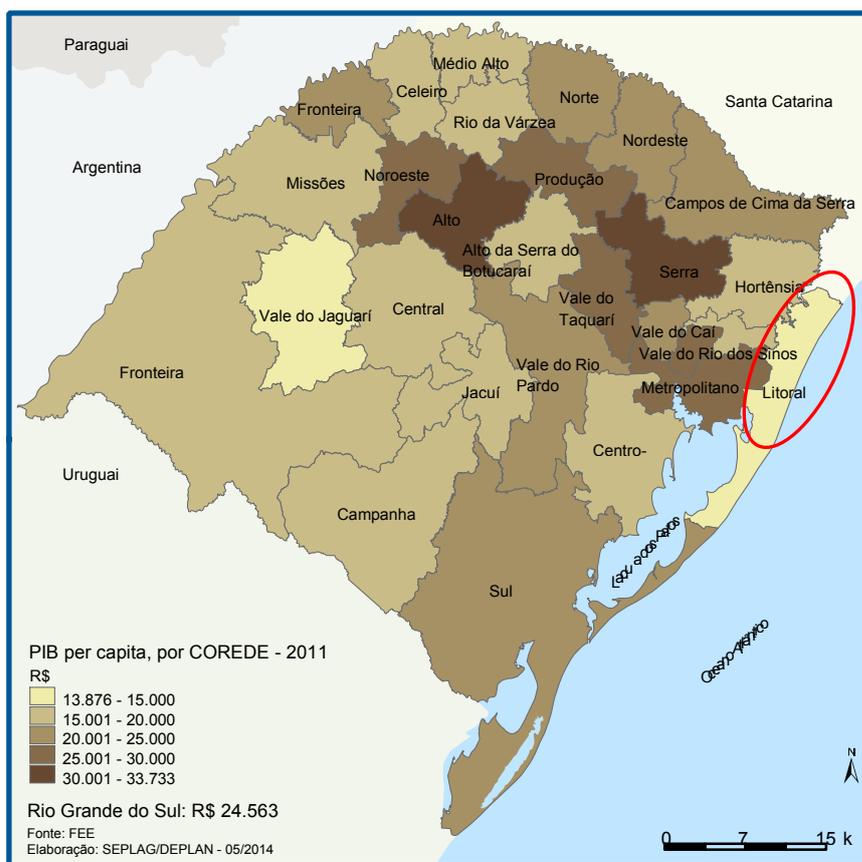
3 LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO

A região de estudo se localiza na costa leste, ao norte do estado do Rio Grande do Sul e corresponde aproximadamente à microrregião de Osório, que abriga 23 municípios distribuídos em uma área total de 8.772,9 km², e que fazem parte da mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.

Em termos econômicos, o Litoral Norte se caracteriza por uma produção de riqueza (medida através do PIB per capita) inferior à média do estado, que é de R\$ 24.563. Juntamente com a região do Vale do Jaguarí, o PIB verificado no Litoral Norte é um dos menores no RS: R\$ 15.327, conforme se verifica na figura 1 (FEE, 2015).

A densidade demográfica na maior parte dos municípios não difere da média da maior parte das cidades do Rio Grande do Sul. Os municípios que concentram maior população são aqueles localizados na costa litorânea: Capão da Canoa (375,1 hab/km²) e Imbé (374,6 hab/km²). A taxa de urbanização crescente registrada na região também é muito concentrada nas cidades localizadas à beira mar.

Figura 1 – Mapa do PIB per capita medido nos COREDES do RS em 2011



Fonte: FEE (2011).

No que se refere ao clima, o Litoral Norte é a região onde se verifica a menor amplitude de temperaturas e a menor incidência de geadas, comparativamente a outras regiões do estado. O volume de chuvas varia entre 1.300 mm/ano, em Torres, na Planície Costeira, até mais de 2.200 mm/ano, entre Maquiné e São Francisco de Paula, na Serra Geral. “Um dos fatores climáticos mais destacados no litoral é a grande intensidade dos ventos na maior parte do ano, com diminuição gradativa no sentido leste-oeste. Os ventos fortes, na maioria de origem nordeste, imprimem uma acelerada dinâmica nas dunas e na vegetação a estas associada” (BRACK, 2006, p. 48). Quanto à classificação da vegetação, na sequência leste-oeste, encontram-se as Formações Pioneiras e a Floresta Ombrófila Densa. As Formações Pioneiras são formadas por Dunas, Campos Arenosos (secos ou úmidos), Banhados, Juncais,

Sarandizais, Maricazais e Butiazais. “A diversidade de vegetação ainda comporta outras fitofisionomias ocasionais como Florestas Ribeirinhas e vegetação secundária, de influência antrópica como Vassourais, Maricazais e Capoeiras (WAECHTER, 1990; BRACK et al., 1998, *apud* BRACK, 2006, p. 49).

4 RECONSTITUIÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

4.1 SISTEMA AGRÁRIO INDÍGENA (ATÉ 1700 DC APROXIMADAMENTE)

Um dos sítios arqueológicos menos estudados no RS é o que se localiza na planície costeira do estado. Uma das razões é a condição desfavorável de preservação desses sítios, que sofreram danos causados pelo uso do homem (lavouras, urbanização, colecionadores, etc.) e também por fatores naturais (pluviosidade, erosão eólica, etc.). O estudo de alguns desses sítios, no entanto, já possibilitou um maior conhecimento acerca dos grupos indígenas que se sucederam no Litoral Norte do RS. Esse espaço foi ocupado por diferentes grupos indígenas: os caçadores-coletores da Serra Geral, os horticultores Tupis das aldeias de casas subterrâneas e os pescadores-coletores, os Sambaquis (KERN, 1997).

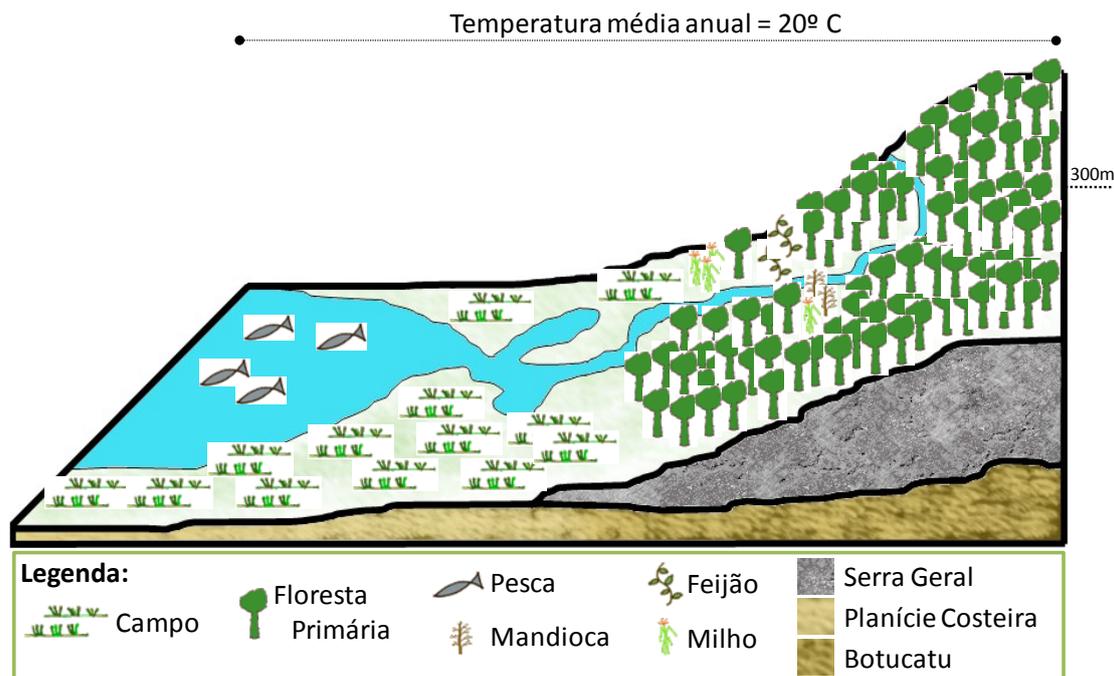
Os pescadores-coletores viviam nesse espaço até cerca de 2000 anos atrás, desenvolvendo um ciclo histórico de adaptação à planície costeira. Persistem muitas dúvidas quanto à forma de ocupação desse espaço, porém acredita-se na ocupação sazonal das unidades da paisagem. No inverno, o grupo ocupava áreas próximas à encosta do planalto, abrigando-se no mosaico de florestas e campos interiores localizados entre a formação chamada Floresta Ombrófia Mista e os limites das Formações Pioneiras. Na primavera, eles ficavam junto ao mar e pescavam (KERN, 1997).

Seu meio de subsistência era baseado na pesca marinha e de mangue, complementado com recursos oriundos da coleta de moluscos em um período de elevação das águas marinhas. Com a regressão das águas, eles começaram a caçar, mas a caça era aparentemente uma atividade secundária. A coleta de vegetais completava a dieta do grupo. Acredita-se que a condição natural favorável oferecia uma dieta farta, o que acabou inibindo a prática da agricultura (KERN, 1997).

Os artefatos utilizados eram de pedra, e, mais raramente, de osso e concha. Os pesquisadores acreditam que também havia objetos em madeira e fibras vegetais, porém as condições climáticas locais, calor e umidade, devem ter destruído esse material. Os objetos líticos desse período eram mais abundantes onde havia matéria prima, caso de Torres e Itapeva, e compreendem lascados, picoteados e polidos, usados como flechas, peso de rede e anzol; machados; facas; furadores. Entre os objetos de ossos, retirados de mamíferos terrestres e até de baleias, encontram-se pontas de flechas e colares. Os utensílios em concha são ainda mais raros que os de osso, mas se encontraram alguns raspadores, facas retangulares e furadores (KERN, 1997).

Pouco após 2000 anos atrás, os primeiros horticultores invadiram a planície litorânea competindo com os primitivos habitantes e interrompendo seu ciclo de adaptação. Esse segundo grupo coabitou com outros, permanecendo no local até a chegada dos luso-brasileiros (KERN, 1997). A ocupação do espaço, segundo as diferentes unidades da paisagem, durante esse período foi descrita no esquema elaborado por Wives (2008) que reproduzimos na figura 2 a seguir.

Figura 2 – Perfil de paisagem da Microrregião do Litoral Norte: sistema agrário indígena – caçadores coletores (2000 AC – 1684 DC)



Fonte: Wives (2008).

Vestígios encontrados indicam que, a partir de então, a utilização da paisagem sofre uma modificação, com o início da prática agrícola no local. As lavouras eram feitas próximas às encostas da serra geral, provavelmente por estarem ao abrigo dos fortes ventos que são comuns na região e também por apresentarem solo mais fértil (KERN, 1997).

As culturas agrícolas guaranis compreendiam o feijão, o milho, a batata-doce e o amendoim. Os instrumentos utilizados eram utensílios de pedra e cerâmica, como pequenos vasos, porongos, pilão. As principais armas para caça eram arcos e flecha com pontas de madeira e pedra, lanças, tacapes (machados), flechas incendiárias e fundas de couro. Suas habitações eram construídas com barro e material (caule, folhas e fibras) proveniente de uma palmeira nativa no estado, a ‘Pindó etei’ (jerivá - *Syagrus romanzoffiana*) (PRINTES, 2013).

A presença de índios na região persiste até os dias de hoje, porém, o sistema agrário indígena, da forma descrita até aqui, começa a perder espaço a partir da chegada de portugueses na região. Alguns eventos precipitaram o fim desse ciclo, a fundação da cidade de Laguna, no litoral do atual estado de Santa Catarina, foi determinante. Laguna possibilitou inaugurar uma via terrestre rumo a Colônia de Sacramento, no Uruguai, o que aumentou o

fluxo de tropeiros no Litoral Norte do RS e facilitou a instalação de habitantes não indígenas no percurso (PASQUETTI, 2009).

Quadro 1 - Resumo do Sistema Indígena no Litoral Norte do RS

Elementos do sistema	Período	Indígena
Descrição da unidade de Paisagem		Areia/mar; Mosaico de florestas e campos interiores; Margens das lagoas.
Modo de exploração do meio		Caça, pesca, coleta e horticultura.
Instrumentos de produção		Rede de pesca, anzol, pilão, arco e flechas, machado, furadores, pilão.
Força de trabalho		Livre
Modo de acesso ao fundiário		Coletivo
Principais categorias sociais		Índios
Relações de produção e troca		Pesca, caça, coleta e cultivo comunitário.
Produtos da exploração do meio		Peixes, moluscos, caça, vegetais; posteriormente cultivo de milho, feijão, mandioca, amendoim e batata doce.
Utilização da paisagem		Praticavam pesca, coleta e agricultura, cada atividade em uma das diferentes unidades da paisagem, conforme as estações climáticas.
Fatores de crise e transição para o sistema seguinte		Fundação da Colônia de Sacramento, no Uruguai, e da cidade de Laguna, em SC; abertura do “Caminho da Praia” até a Colônia de Sacramento; estabelecimentos dos primeiros paulistas e lagunenses em Viamão e Tramandaí.

Fonte: Elaboração própria (2017)

4.2 SISTEMA AGRÁRIO DE SESMARIAS (DE 1684 ATÉ 1773)

A fundação das cidades de Colônia de Sacramento, no Uruguai, e de Laguna, no litoral do estado de Santa Catarina, influenciaram e alteraram de forma permanente a composição dos grupos humanos no sul do Brasil. É importante compreender que entre 1580-1640, durante o chamado Domínio Espanhol, havia muitos portugueses estabelecidos em Buenos Aires, principalmente comerciantes. Com o fim do Domínio Espanhol, os portugueses que habitavam a cidade, passaram a ser hostilizados. Desse clima hostil resulta a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, pelos portugueses (PESAVENTO, 1997; OLIVEIRA, 2004).

A fundação de Laguna, entre 1682 e 1684, será determinante, num primeiro momento como ponto de apoio à Colônia de Sacramento, mas também como estratégia de povoamento da porção meridional do Brasil pelos portugueses. Laguna tinha uma posição geográfica estratégica, pois o porto mais próximo era onde hoje se localiza a cidade de Rio Grande, que “[...] oferecia uma série de perigos às embarcações que nele atracavam. A fundação de Laguna [...] forneceu à Colônia um ponto de apoio mais próximo para acudi-la das aberturas em que a colocavam o índio, industriado pelo jesuíta, e o castelhano” (FAORO, 1970, apud WITT, 2001, p. 41). A cidade de Laguna também foi um ponto de referência para o estabelecimento de rotas terrestres do centro do Brasil até a Colônia de Sacramento.

No contexto econômico brasileiro esse período correspondeu ao início do Ciclo do Ouro. É preciso lembrar que, após sua expulsão da região nordeste do Brasil, os holandeses começam a desenvolver a produção de açúcar nas Antilhas, fazendo concorrência pesada ao açúcar brasileiro. Com a perda do monopólio português, os lucros da exploração canavieira caem pela metade, determinando um período de crise no país na primeira metade dos anos 1700. Trata-se de incentivar o bandeirismo na busca de outras riquezas, quando, no mesmo século, descobre-se ouro em Minas Gerais (LOPEZ, 1991).

A partir de então, as tropeadas em direção ao sul já não tinham por objetivo a captura de indígenas, mas a busca de gado, bovino e, principalmente, muar, para a região mineradora, iniciando o ciclo das tropas de mulas xucras. Os tropeiros paulistas vinham buscar esses animais na Colônia de Sacramento, pois as províncias do Prata, na Argentina, abrigavam os maiores criatórios de gado muar (que seguiam também para o Peru, onde a atividade de mineração encontrava-se no seu auge).

Caberia ao bandeirante Brito Peixoto inaugurar o “Caminho da Praia”, uma tropa pioneira que levou muares e cavaleiros de Sacramento, pelo litoral, até Laguna. Esse caminho seria utilizado posteriormente, mesmo que as tropas enfrentassem dois obstáculos de monta: atravessar os rios Tramandaí e Mampituba (MAESTRI, 2006). Segundo Lavalle (2004), o tropeirismo constituiu-se na atividade econômica mais rentável no território meridional brasileiro na primeira metade do século 18, os tropeiros também foram os primeiros colonizadores de diferentes regiões do país. No caso do litoral gaúcho, “[...] muitas tropas na procura de bons lugares para a pousada e descanso do rebanho e dos homens realizavam paradas nas áreas de campos entre as lagoas de Torres até São José do Norte. Estes locais de paradas ficaram conhecidas como invernadas” (WIVES, 2008, p. 58).

A partir do conhecimento da região, alguns paulistas, lagunenses e mesmo residentes da Colônia de Sacramento passaram a instalar-se nos campos de Viamão, nas áreas atuais de Tramandaí e Mostardas, para ali fundar as primeiras estâncias a partir das invernadas criadas pelo movimento das antigas tropeadas (RUSCHEL, RUSCHEL, 1984). Com o passar do tempo, “[...] os donos destas invernadas procuraram legitimar suas posses transferindo suas famílias para a região, sendo que, junto com eles, vieram [sic] também um grande número de escravos e tropeiros” (NEIS, 1975, apud WIVES, 2008, p. 59). Algumas fontes atribuem a Brito Peixoto (o bandeirante que teria aberto o Caminho da Praia) o início da ocupação do Litoral Norte do RS: a partir de 1725, por ordem sua, João Magalhães deveria ocupar a faixa litorânea indo estabelecer morada em São José do Norte (RUSCHEL, 1992 apud WITT, 2001).

A formalização fundiária dessa ocupação se daria por meio da concessão de sesmarias. A primeira sesmaria do RS foi concedida a Manoel Gonçalves Ribeiro no ano de 1732, e a área localizava-se onde hoje fica o município de Tramandaí, na época chamada de “Paragem das Conchas”.

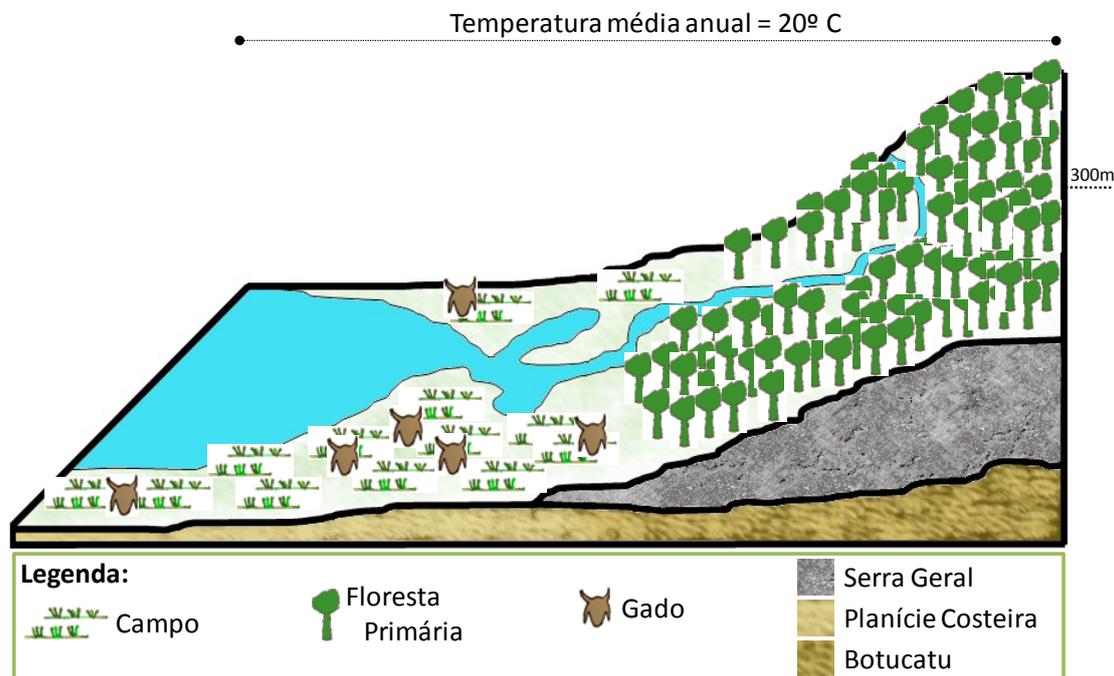
A concessão de sesmarias no sul do país teria diferido dos métodos usuais empregados no Nordeste do país, onde a capitalização prévia era um requisito básico para a obtenção da terra. No Rio Grande do Sul, o critério não era definidor, embora não fosse desprezado. As sesmarias eram concedidas como retribuição a favores militares e como estratégias de ocupação das terras, onde os estancieiros eram responsáveis pela defesa da sua terra” (BARCELLOS, 1960; PESAVENTO, 1997, apud AMBROSINI, MIGUEL, FILIPPI, 2012, p.177).

Devido ao caráter extensivo da bovinocultura de corte praticada nas estâncias, a mão-de-obra requerida era mínima. O trabalho não tinha caráter regular, consistia basicamente em “[...] reponter o gado para os rodeios, a fim de amansá-los e dominá-los. É aí que se contam as reses, fazem-se os apartes, organizam-se as tropas, e procede-se, em sendo época, a marcação” (BARCELLOS, 1960, p. 20). Os instrumentos utilizados para sua atividade eram o cavalo e o laço. O gado ocupava a planície costeira, nas áreas onde havia formações campestres.

As lavouras também estavam presentes nesse sistema agrário, porém elas ocupavam áreas menores. As estâncias eram quase autossuficientes, dada a dificuldade de acesso a centros urbanos mais populosos. Destacava-se o cultivo do milho, destinado à alimentação dos cavalos, e da mandioca, que era utilizada para alimentação humana (ROCHE, 1969).

A atividade pesqueira, nesse momento, acontecia em escala muito reduzida, especialmente “na região de Tramandaí: devido à facilidade de captura de peixes, os tropeiros realizavam a pesca e posterior salga do peixe em mantas. Algumas pessoas que viviam nas estâncias também realizavam a pesca para a sobrevivência e para comércio com os tropeiros”. Os equipamentos utilizados eram tarrafas feitas de linha de algodão ou tucum – herança indígena (COTRIM, 2008, p 76).

Figura 3 – Perfil de paisagem da Microrregião do Litoral Norte: sistema agrário de sesmarias (1684–1773)



Fonte: Wives (2008)

Concomitante ao estabelecimento dessas primeiras estâncias, os caminhos percorridos pelos tropeiros também sofreram alterações. Por volta de 1731, foi aberto o “Caminho da Serra”, que partia de Viamão, passava por Santo Antônio da Patrulha, e seguia pelo vale de Rolante até Lages, de onde se tomava o caminho já consolidado até Curitiba e depois

Sorocaba (MAESTRI, 2010). Esse novo caminho, diferia do anterior por desviar sua rota do litoral, o que acabou por isolar a cidade de Laguna. Com o isolamento, alguns lagunenses começaram a migrar em direção ao sul, estabelecendo-se, entre outras regiões, no Litoral do estado.

A região vinha sendo ocupada pelos habitantes não indígenas na porção da planície costeira, como vimos. Alguns anos depois, em 1773, a chegada dos açorianos vai trazer algumas alterações especialmente na ocupação do espaço, pelo tipo de produção primária trazida e pela organização social, mais complexa. Entretanto, tais transformações se darão especialmente nas encostas da serra geral. Na planície costeira a atividade pecuária seguirá preponderante.

A principal contribuição dos açorianos foi o cultivo da cana-de-açúcar, atividade responsável pela maior parte da geração de renda local e ocupação de mão-de-obra. O fato de a atividade ter se concentrado nas encostas, sem ter afetado sobremaneira a bovinocultura, não reduz sua importância; os dados a seguir comprovam. Nessa época, além dos sesmeiros e açorianos, os indígenas ainda estavam presentes no território, porém, circunscritos a zonas das matas na parte mais alta das encostas.

Quadro 2 - Resumo do Sistema Agrário de Sesmarias no Litoral Norte do RS

Elementos do sistema	<i>Sesmarias</i>
Período	
Descrição da unidade de Paisagem	Areia/mar; Mosaico de florestas e campos interiores; Margens das lagoas.
Modo de exploração do meio	Criação de gado extensiva, lavouras de subsistência, atividade pesqueira.
Instrumentos de produção	Machado, para derrubar árvores e construir casas. Laço para lida com o gado. Ferramentas manuais para trabalhar a lavoura. Tarrafas de linhas de algodão ou tucum.
Força de trabalho	Livre e escrava.
Modo de acesso ao fundiário	Individual, posse através da concessão de sesmarias.
Principais categorias sociais	Estancieiros, peões e escravos.
Relações de produção e troca	Subsistência + venda de gado para os tropeiros.
Produtos da exploração do meio	Gado bovino, que era vendido aos tropeiros. Suínos, criados para subsistência. Lavouras de milho para alimentação dos suínos e de mandioca para alimentação humana.
Utilização da paisagem	A bovinocultura de corte se praticava nos campos interiores.
Fatores de crise e transição para o sistema seguinte	O declínio das tropeadas de mulas e gado para São Paulo; a abertura de outros caminhos para as tropeadas que não passavam mais pelo Litoral Norte; a colonização das áreas de encostas por açorianos e, posterior, introdução do cultivo da cana-de-açúcar por estes.

Fonte: Elaboração própria (2017)

4.3 SISTEMA AGRÁRIO DA CANA-DE-AÇÚCAR (1773-1950)

Por volta de 1752, os primeiros imigrantes açorianos se estabeleceram na margem sul da barra da Lagoa dos Patos, de onde começaram a se distribuir pelo litoral. Em 1773 mais açorianos desembarcaram diretamente no Litoral Norte e fundaram o povoado que deu origem à cidade de Osório, chamado à época de Estância da Serra (SILVA, 1985, apud WIVES, 2008).

A finalidade esperada pela Coroa para justificar esta imigração era a de criar um grupo de povoamento mais denso do que das sesmarias. Segundo Petrone (1982), eram designados a cada casal uma espingarda, duas enxadas, um machado, dois alqueires de sementes, duas vacas, uma égua e um quarto de légua em quadra.

Os novos habitantes difundiriam no território recém-ocupado a cultura da cana-de-açúcar, com a qual fabricavam aguardente, açúcar amarelo e rapaduras. Caberia, entretanto, a um imigrante da Ilha da Madeira a instalação do primeiro engenho da região. Segundo Barroso (2006, p. 91), “[...] assim, a Ilha da Madeira não é só o portal da introdução da cana em Pernambuco e São Paulo, áreas tradicionais canavieiras, como também da capitania portuguesa do extremo-sul brasileiro” (BARROSO, 2006, p. 91).

Esse madeirense, Domingos Fernandes de Lima, instalou o primeiro engenho onde hoje se localiza o município de Osório no ano de 1778. Também na década de 1770 chegaram os irmãos Bemfica, de Portugal, instalando-se com engenho de cana em Santo Antônio da Patrulha. Eles já “[...] dispunham de bens de fortuna quando chegaram a este Estado. Suas estâncias eram das melhores de toda a região e estavam aparelhadas até com engenhos de açúcar, dos primeiros que existiram no Rio Grande do Sul” (CARVALHO, 1937, apud BARROSO, 2006, p. 92).

As condições naturais da região, como “[...] amenidade do clima, dada a influência termo-reguladora do mar, amplamente favorável à cultura da cana-de-açúcar, auxiliaram o estabelecimento da cultura. A difusão canavieira, ainda no século XVIII, é evidente no corredor norte-litorâneo” (BARROSO, 2006, p. 92). O sistema de cultivo era baseado na agricultura de queimada, onde se procedia à derrubada das árvores da floresta atlântica, seguida pelo uso do fogo para limpeza dos resíduos e liberação de nutrientes através das cinzas. No primeiro ano se plantava milho, depois feijão, mandioca e cana-de-açúcar. A fertilidade do solo, com o passar dos anos diminuía, essa área era diferida, para regeneração da floresta e recuperação do solo, e o ciclo se reiniciava em uma nova parcela (COTRIM, 2008).

Algumas características, entretanto, pontuam a singularidade do ciclo canavieiro no Litoral Norte do RS em relação ao ciclo da cana no nordeste do país:

[...] enquanto a estrutura do complexo econômico e social da monocultura latifundiária canavieira estava espalhada por alguns espaços do Brasil português, desde o primeiro século do descobrimento, no Rio Grande do Sul, ao contrário, sua introdução só ocorreu efetivamente quando de sua incorporação ao território brasileiro, no século XVIII. E mais, se estruturou diferentemente, a partir de minifúndios, voltados para uma produção artesanal de derivados da cana, para o abastecimento do mercado interno regional (BARROSO, 2006, p. 54).

Outra diferença é a mão de obra empregada, enquanto na manufatura a mão-de-obra era familiar, as lavouras eram tocadas pela mão de escravos. Witt (2001, p. 56) estudou vasta documentação sobre a história do litoral norte, encontrando ocorrências que atestam, não apenas a presença de escravos, mas também o tratamento cruel a que eram submetidos ainda no século XIX. Esses documentos “[...] relativizam as afirmações de que a escravidão no RS teria caráter menos violento”.

Entre os colonos açorianos de origem humilde, também dedicados a cultura da cana e dependentes integralmente de mão-de-obra familiar, a caça e pesca, na época abundante na região, eram fontes de alimentação de subsistência. Alguns destes colonos preferiram se estabelecer perto da Lagoa Itapeva, seus filhos deram origem à comunidade de pescadores da região (SHAEFFER, 1985). As lavouras de subsistência incluíam o cultivo da mandioca, milho, arroz, batata, mandioca, café, fumo, legumes, cebolas, melões, melancias, abóboras, centeio, cevada. Entretanto, a variedade dos produtos cultivados decaiu no decorrer dos anos, dando espaço crescente à cana-de-açúcar (ROCHE, 1969 apud WIVES, 2008).

Segundo depoimentos coletados pela historiadora Vera Barroso (2006), os equipamentos agrícolas utilizados na época eram instrumentos manuais para a agricultura: enxadas, pás, machado para derrubar a mata etc. Nos engenhos e moendas a produção era artesanal, com galpões e equipamentos feitos de madeira.

Na paisagem, a cana-de-açúcar era cultivada no sopé da serra e estendia-se, ao norte, para Torres e, ao sul, para Santo Antônio da Patrulha expandindo-se, inclusive para o interior do Vale do Rio Três Forquilhas e chegando próximo ao vale do Rio Maquiné. Enquanto isso, a bovinocultura de corte seguia sendo desenvolvida na planície costeira, porém os excedentes gerados pela cultura da cana passam a ser mais importantes comparativamente. A implantação da cana no território tornou também a organização social mais complexa, até então se tinha, em linhas gerais: (i) grupos indígenas que viviam isolados, (ii) sesmeiros que respondiam por uma estratificação social simples: patrões e peões, e (iii) pescadores, onde se incluíam alguns peões de estância e pescadores artesanais livres. A chegada dos açorianos traria a presença do escravo de maneira mais pronunciada à região e também seria responsável pelos primeiros estabelecimentos manufatureiros na região, como já aludimos dedicados ao processamento da cana.

Os principais produtos eram aguardente, rapadura e, num segundo momento, se começou a produzir também o açúcar amarelo (ou mascavo). O escoamento da produção, entretanto, seria um problema permanente. Os principais mercados compradores dos derivados da cana eram de Porto Alegre e dos Campos de Cima da Serra. O tropeirismo doméstico, ou chamado de mulas arriadas, era o canal de trocas entre o Litoral e os Campos de Cima da Serra do RS. Diferentemente do ciclo anterior, em que o produto eram os muare, agora as mulas serviam como meio de transporte para os excedentes produzidos nas duas regiões.

Os tropeiros dos Campos de Cima da Serra levavam nas bruacas das mulas: rapadura, cachaça, peixe, farinha de mandioca e polvilho; e deixavam no Litoral: queijo, couro, crina, pinhão. As relações de troca eram sob a forma de escambo (BARBOSA, 1978). Ely (2004, p. 650), em estudo sobre o tropeirismo corrobora a informação: “[a] produção da cana-de-açúcar foi durante mais de um século o sustentáculo econômico do Litoral Norte, que teve como

principal mercado os Campos de Cima da Serra, fornecendo-lhes cachaça que no inverno mata o frio e no verão mata o calor, a rapadura e o açúcar mascavo”.

Os produtos iam também para Porto Alegre, apesar da dificuldade de acesso:

[...] a fama da cachaça da região vem de longa data. Athos Damasceno confirma essa fama e dá a ela nomes que se tornaram consagrados: Água da Vida e, especialmente, Lágrimas de Santo Antônio, aquela que Júlio de Castilhos, presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1893-1898), encomendava ao Cel. Maciel, intendente de Santo Antônio da Patrulha (1894-1916). Enviada em barricas por Maciel, ela era levada para a chácara de Júlio de Castilhos na zona sul de Porto Alegre, onde oferecia aos seus convidados (BARROSO, 2006, p. 100).

Algumas alterações importantes serão registradas nesse sistema a partir de 1824 com a colonização de novos imigrantes europeus no Litoral, entretanto, a cultura da cana-de-açúcar aparece ainda como atividade preponderante. Como veremos, o cultivo da cana será também adotado pelos novos colonos, garantindo que essa se mantenha como atividade agrícola mais importante da região até meados de 1950.

A chegada, porém, de novos imigrantes, especialmente os alemães, transforma a paisagem, diversifica a produção e cria condições para uma organização social mais variada, propiciando também o estabelecimento de atividades artesanais e de serviços. No que se refere à ocupação do espaço, o estabelecimento de colonos no interior do território indígena acontecerá, de fato, apenas com a chegada dos imigrantes alemães. Segundo Cunha (2012), as cinco décadas de ocupação açoriana no litoral foram suficientes apenas para “[...] arranhar as bordas da serra”, registrando alguns conflitos com indígenas.

Quadro 3 - Resumo do Sistema Agrário da Cana-de-açúcar no Litoral Norte do RS

Elementos do sistema	Cana-de-Açúcar
Período	
Descrição da unidade de Paisagem	Mosaico de florestas e campos interiores.
Modo de exploração do meio	Criação de gado extensiva, cana-de-açúcar para fabricação de aguardente, rapadura e açúcar mascavo, lavouras de subsistência, atividade pesqueira.
Instrumentos de produção	Machado, para derrubar árvores e construir casas. Laço para lida com o gado. Ferramentas manuais para trabalhar a lavoura. Ferramentas de madeira nos engenhos e moendas de cana. Tarrafas de linhas de algodão ou tucum.
Força de trabalho	Livre, escrava (nas lavouras de cana) e familiar nos engenhos de cana.
Modo de acesso ao fundiário	Individual, com títulos de posse regularizados.
Principais categorias sociais	Estancieiros, peões, donos de engenho, escravos e artesãos.
Relações de produção e troca	Troca de produtos, especialmente aguardente e rapadura, com tropeiros vindos dos Campos de Cima da Serra do RS.
Produtos da exploração do meio	Aguardente, rapadura, açúcar mascavo, charque de peixe, farinha de mandioca e polvilho. Lavouras de milho, feijão, batata-doce, moranga, para subsistência.
Fatores de crise e transição para o sistema seguinte	Chegada de novos imigrantes, especialmente os alemães, diversifica a produção e cria condições para uma organização social mais variada, propicia o estabelecimento de atividades artesanais e de serviços.

Fonte: Elaboração própria (2017)

4.3.1 Sub-Sistema Agrário Colonial (1840-1950)

Em 1824 iniciou-se a colonização alemã no Rio Grande do Sul, e em 1826 imigrantes alemães fundaram nas proximidades de São Domingos de Torres, atualmente município de Torres, uma colônia nova. Uma colônia mais antiga já havia sido fundada onde hoje é o município de São Leopoldo (próximo a Porto Alegre) por uma primeira leva de colonos. O Governo Provincial determinou então a fundação dessa nova colônia no litoral. O grupo foi dividido segundo o credo religioso, dando origem a duas povoações, uma católica e outra protestante, formando as colônias de Três Forquilhas e Dom Pedro de Alcântara.

Conforme Silva (1985, apud WIVES, 2008, p. 63), “[...] cada família ou solteiro recebia animais, ferramentas, panelas, 160 mil réis por mês, isenção de impostos e setenta hectares de terra, as quais estavam obrigados a ocupar pelo período de dez anos”.

Além dos portugueses, açorianos, africanos e alemães, em 1890 chegaram 948 imigrantes de origem russa. A maioria, porém, não permaneceu nesse local. Em seguida, imigrantes italianos, provenientes da colônia de Caxias do Sul, que haviam chegado ao Rio Grande do Sul em 1875, se estabeleceram no Litoral Norte. Em 1891 eles criam a Colônia Marquês do Herval, atual Barra do Ouro, situada no município de Maquiné (RIO GRANDE DO SUL, 2004).

A divisão social do trabalho dos colonos europeus estava pautada na estrutura familiar de produção, as principais culturas eram a banana (banana branca alta, variedade antiga, e posteriormente banana caturra), batata, fumo, arroz, mandioca, abóbora, feijão, hortaliças e milho para engordar porcos.

“Quanto aos sistemas de cultivo inicialmente utilizados, consistiam basicamente na agricultura de queimada concebida por meio de uma espécie de rodízio entre áreas com cultivo e áreas com pousio florestal. Em um segundo momento se tem um uso mais intenso do solo, com emprego de adubos e equipamentos mais modernos” (WIVES, 2008, p. 64).

As colônias alemãs de Três Forquilhas e Torres foram também assimilando costumes dos açorianos o que incluiu a produção canavieira (FERNANDES BASTOS, 1935 apud BARROSO, 2006).

Passados vinte e quatro anos de sua chegada, os imigrantes exportavam números expressivos de mandioca, café e algodão. Mas a arrecadação maior, em 1850, foi mesmo com a cana: 814.000 rapaduras e 91 pipas de aguardente (Três Forquilhas); 632 pipas de aguardente ([Dom] Pedro de Alcântara) (BARROSO, 2006, p. 95).

Os dados sobre a quantidade de engenhos instalados no município de Santo Antônio da Patrulha (a Tabela 1 indica os engenhos da sede do distrito de Santo Antônio e do distrito de Miraguaia, pertencente a Santo Antônio) em 1860 comprovam a relevância não apenas do cultivo da cultura da cana-de-açúcar no Litoral Norte nesse período, mas também da atividade de processamento dessa cana.

Tabela 1 - Número de engenhos em Santo Antônio da Patrulha em 1860

Engenhos	Distrito sede	Distrito da Miraguaia
De destilar aguardente	50	9
De fabricar melado	7	--
De fabricar rapaduras	8	17

Fonte: Correspondência dirigida ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul em 16 set. 1861. CACMSAP, 1861. AHRS, apud BARROSO, 2006.

Como vemos, desde a chegada dos açorianos, a geração de excedentes da agricultura desenvolvida nas encostas vai se tornando mais importante em termos de volume e renda, comparativamente ao produto gerado pela bovinocultura de corte praticada na área da planície litorânea. Esses excedentes se tornarão mais diversificados com a chegada dos colonos, e, embora a cana continuasse sendo o principal excedente, o que difere o sistema colonial do sistema da cana-de-açúcar é a organização social e a divisão social do trabalho. No sistema colonial ocorre maior diversificação na produção agrícola, cuja força de trabalho era fundada na mão-de-obra familiar. Ocorre também uma diversificação na oferta de serviços, pois muitos dos novos imigrantes não eram agricultores, mas pedreiros, sapateiros, alfaiates, negociantes, serralheiros, escreventes, barbeiros. Assim, surgiram as primeiras ferrarias, madeiras, funilarias, selarias, olarias, curtumes, moinhos, alfaiatarias do Litoral Norte (SILVA, 1985, apud WIVES, 2008, p. 65).

Entretanto, ainda subsistiriam dificuldades para comercializar a produção agrícola, a região sofria por falta de infraestrutura de transportes. Com isso, alguns produtos colhidos simplesmente eram descartados: “Meu pai, certa feita, colocou 60 sacos de feijão velho fora, para poder estocar o novo, porque não havia comprador” (SHAEFFER, 1985). Os habitantes dos Campos de Cima da Serra e de Porto Alegre continuavam a ser os principais centros consumidores. O transporte ainda seguia sendo feito pelos tropeiros, saindo do Litoral Norte cachaça, farinha de mandioca, arroz e feijão até Caxias do Sul, Vacaria e Bom Jesus. A viagem até Porto Alegre era feita em carretas e, muitas vezes, não compensava, devido aos baixos preços pagos pelos comerciantes locais aos carreteiros.

Tal situação de isolamento, aliada a maior densidade populacional verificada, contribuiu para que se intensificasse o comércio regional, ou seja, interno ao território, entre as regiões da costa e das encostas do Litoral. Em 1913, o comércio de Conceição do Arroio (Osório) dependia dos produtos plantados das colônias, como milho, feijão, charque de boi e de porco, farinha de milho e farinha de mandioca. Os pescadores também trocavam seus peixes por produtos das colônias.

Na costa, os brasileiros e descendentes de açorianos se estabeleceram como pescadores artesanais. Os instrumentos utilizados eram fabricados por eles próprios e incluíam as redes, tarrafas e espinhéis. Para esse grupo, a atividade agrícola era ligada a subsistência da família (SOARES, 1986).

A transição para o próximo sistema foi determinada por diferentes eventos e se deu de forma lenta. Um dos fatores foi a redução dos rendimentos obtidos pelos produtos agrícolas, que fez com que os agricultores buscassem aumentar a eficiência de seus sistemas de produção (WIVES, 2008).

A exploração efetiva das vias navegáveis (lacustres), entre 1926 e 1960, bem como a inauguração da linha férrea entre Osório e Palmares do Sul facilitou o trânsito de mercadorias e pessoas, reduzindo também o tempo das viagens. Por volta de 1940, o transporte de embarcações já era intenso e organizado na região, favorecendo também trocas culturais (COREDE-LITORAL, 2002). A abertura da RS-59, atual BR-101, na década de 1950, ligando Porto Alegre a Torres, facilitou o deslocamento para o Litoral Norte e propiciou o crescimento da região e o fortalecimento de núcleos populacionais já existentes (RIO GRANDE DO SUL, 2004). A chegada da luz elétrica no litoral, em 1960, também contribuiu para a transformação de pequenas vilas pescadoras em cidades-balneário procuradas por turistas no verão.

Nesse mesmo período começam a ser implantadas outras culturas agrícolas na região, é o caso do fumo, da banana e da olericultura. Esses cultivos serão importantes fatores de modificação do sistema, na medida em que eles alteram a relação com as diferentes unidades da paisagem e exigem sistemas de cultivo mais tecnificados. De acordo com nossos informantes-chave, as primeiras mudas de abacaxi foram trazidas para o Litoral Norte nesse período de transição, mais especificamente na década de 1940, pelo técnico Francisco Flores, da Secretaria da Agricultura do Estado.

Quadro 4 - Resumo do Sistema Agrário Colonial no Litoral Norte do RS

Elementos do sistema / Período	Subsistema Colonial
Descrição da unidade de Paisagem	Mosaico de florestas e campos interiores.
Modo de exploração do meio	Criação de gado extensiva, cana-de-açúcar para fabricação de aguardente, rapadura e açúcar mascavo, lavouras de batata, fumo, mandioca abóbora, feijão, arroz, milho, hortaliças, atividade pesqueira.
Instrumentos de produção	Machado, para derrubar árvores e construir casas. Laço para lida com o gado. Ferramentas manuais para trabalhar a lavoura. Ferramentas de madeira nos engenhos e moendas de cana. Redes, tarrafas e espinhéis para a pesca.
Força de trabalho	Livre, escrava (nas lavouras de cana) e familiar nos engenhos de cana e nas propriedades dos colonos.
Modo de acesso ao fundiário	Individual, com títulos de posse regularizados.
Principais categorias sociais	Estancieiros, peões, donos de engenho, escravos, colonos e artesãos.
Relações de produção e troca	Troca de produtos, especialmente aguardente e rapadura, com tropeiros vindos dos Campos de Cima da Serra do RS.
Produtos da exploração do meio	Aguardente, rapadura, açúcar mascavo, charque de peixe, farinha de mandioca e polvilho. Lavouras de milho, feijão, batata-doce, moranga, para subsistência.
Fatores de crise e transição para o sistema seguinte	Fortalecimento de núcleos populacionais locais em decorrência da abertura de novas estradas e da chegada da luz elétrica na região, intensificação da função balneária das cidades costeiras. Chegada de novos cultivos agrícolas com sistemas mais tecnificados.

Fonte: Elaboração própria (2017)

4.4 SISTEMA AGRÁRIO PRODUTIVISTA-CONTEMPORÂNEO COM FOCO NO ABACAXI TERRA-DE-AREIA

Os fatores citados anteriormente e que contribuíram para a mudança do sub-sistema agrário colonial, porque diversificaram as atividades econômicas, alteraram a relação com as unidades da paisagem e também alteraram a importância do setor primário na economia do Litoral Norte.

A instalação de energia elétrica na região trouxe modificações para a atividade pesqueira, possibilitou o uso do gelo para a conservação do pescado, que substituiu a salga. Ao mesmo tempo, com a construção de novas estradas, as vilas pescadoras começaram a sofrer com especulação imobiliária visando à atividade turística (WIVES, 2004). A partir dos anos 1970, a construção da BR-290 (freeway) facilitou o acesso da Região Metropolitana de Porto Alegre ao Litoral, o que intensificou sua função balneária (RIO GRANDE DO SUL, 2004).

Atualmente o turismo está consolidado no Litoral, durante os meses de verão – entre dezembro e fevereiro, a população da região sofre uma variação de aproximadamente 4 vezes em relação aos demais meses do ano (RIO GRANDE DO SUL, 2004). Isso sustenta o crescimento contínuo do setor de serviços, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 2 – Valor Agregado dos setores da economia no Corede Litoral

	2000 (R\$ mil)	2006 (R\$ mil)	2012 (R\$ mil)
Agropecuária	124.251	229.553	409.772
Indústria	191.692	329.668	602.209
Serviços	962.743	1.768.098	3.331.219

Fonte: FEE (2015)

Na agricultura, o processo de transição para o modelo de “modernização da agricultura com a adoção do chamado pacote da revolução verde (mecanização, quimificação, adubação, sementes, irrigação, etc.), especificamente dentro do contexto do Litoral Norte “[...] teve início primeiramente com a introdução e adoção, pelos agricultores, de alguns cultivos específicos até então praticamente inexistentes e que acabaram se sobressaindo, como o fumo, a olericultura e a banana prata” (WIVES, 2008, p. 74).

As culturas que responderam por alterações tecnológicas mais significativas, como o fumo, ocuparam planícies e várzeas, áreas mais propícias à mecanização. A olericultura se instalou na várzea dos vales, especialmente do Rio Maquiné; nas encostas se desenvolveu a cultura da banana. As áreas próximas às lagoas continuaram concentrando a bovinocultura de corte e leite, e também arroz irrigado, especialmente na proximidade de Osório. Dessa forma, as técnicas agrícolas para as diferentes culturas e unidades geográficas vão se diferenciando e especializando.

Nesse contexto e dentro do sistema agrário atual que surge o cultivo do abacaxi no Litoral Norte do estado. Por meio de pesquisa de dados secundários e entrevistas com informantes-chave, verificamos que as primeiras mudas foram trazidas da Paraíba entre as décadas de 1940-1950. O técnico da Secretaria da Agricultura Francisco Gonçalves Flores implantou as mudas em Três Forquilhas com o objetivo de oferecer aos agricultores uma alternativa produtiva. Entretanto logo os produtores se depararam com perdas ocasionadas por uma moléstia, a *fusariose*.

Alguns anos depois, na década de 1950, produtores de Três Forquilhas levaram grande quantidade de mudas de abacaxi para o município de Terra de Areia. As primeiras plantações foram realizadas com a instalação de plantios pilotos. Esses primeiros abacaxizeiros passaram por um período de adaptação e seleção natural e artificial de algumas décadas, sendo que as plantas atualmente cultivadas são aquelas que melhor se ajustaram às condições de solo e clima da região do município de Terra de Areia. Por esse motivo, o fruto encontrado atualmente na região é conhecido como “abacaxi terra de areia” (SANTIN; PINHEIRO, 2009).

BOX 1 – Terra de Areia, “a terra do melhor abacaxi”

O atual município de Terra de Areia tem origem no desmembramento dos municípios de Osório e Capão da Canoa. Seu território estende-se da Serra Geral ao Oceano Atlântico, seus limites terrestres são os municípios de Itati, Três Forquilhas, Três Cachoeiras, Maquiné e Capão da Canoa. O povoamento de Terra de Areia teve início com chegada dos imigrantes alemães no Vale de Três Forquilhas, atual município de Itati. A origem do nome “Terra de Areia” vem da forma como os imigrantes alemães se referiam à porção do território que mais tarde seria sede do município, e que se diferenciava de Três Forquilhas devido ao tipo de solo. Nessa época, era frequente ouvir “Fulano está morando lá pelas terras de areia”. A partir da década de 1940, com a abertura das rodovias BR-101 e RS-486 (Estrada Rota do Sol), o núcleo urbano local se fortalece. Em 1953 é criado o Distrito de Terra de Areia.

A condição de solo em Terra de Areia, diferente de Três Forquilhas, foi apontada como um fator importante para o estabelecimento do abacaxi. Nos locais onde o solo é mais fértil, os produtores passaram a se dedicar a outros cultivos; o abacaxi representa, assim, uma alternativa importante em solos pobres e arenosos, onde se encontra também a mandioca e o fumo. O solo arenoso também parece contribuir menos para a *fusariose* do que o solo argiloso das encostas. Dados atuais sobre área plantada e quantidade colhida demonstram que o abacaxi, de fato, prepondera na porção de solo arenoso do Litoral Norte (conforme Tabela 3), embora persista a produção em áreas com solo argiloso do “entorno” de Terra de Areia.

Tabela 3 – Área plantada de abacaxi nos municípios do Litoral norte do RS

Município	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	área (ha)					
Arroio do Sal	-	-	-	-	7	7
D.P. de Alcântara	2	2	2	3	3	3
Itati	2	2	-	2	2	1
Mampituba	3	3	3	3	3	3
Maquiné	8	27	24	25	10	3
Morrinhos do Sul	3	3	3	5	2	2
Osório	3	3	3	3	3	1
Terra de Areia	245	245	245	245	212	220
Torres	6	6	15	6	15	15
Três Cachoeiras	40	25	25	25	28	28
Três Forquilhas	9	9	9	15	10	10

Fonte: IBGE (2015)

A maior parte dos produtores de “abacaxi terra de areia” se enquadra como agricultores familiares. A área das propriedades é considerada pequena, e a mão de obra empregada é basicamente a família. Esse perfil é comum na maior parte das propriedades da região, especialmente naquelas dedicadas a lavouras temporárias, como demonstram os dados do último Censo Agropecuário do IBGE (tabela 4).

Tabela 4 – Perfil dos estabelecimentos rurais nos municípios principais produtores de abacaxi no Litoral norte do RS

Municípios	Nº de estab. rurais	Área média dos	Nº de estab. rurais com	Área média dos estab. rurais
	(unidades)	estab. rurais	lavouras temp.	com lavouras temporárias
		(ha)	(unidades)	(ha)
Arroio do Sal	84	54,28	49	3,14
Terra de Areia	422	10,95	326	4,24
Torres	397	14,94	323	9,42
Três Cachoeiras	993	27,41	558	7,95
Três Forquilhas	527	11,06	422	2,86

Fonte: IBGE (2015)

A origem dos atuais produtores de abacaxi é diversa, a maioria é descendente de açorianos, mas há produtores que se estabeleceram na região posteriormente, vindos de outras regiões do estado, entre eles, descendentes de italianos. O cultivo do abacaxi foi aprendido com pais e avós para alguns, e com vizinhos ou amigos para os novos produtores.

A forma de cultivo, segundo muitos, não sofreu mudanças significativas desde a implantação. Entretanto, como diferenças observadas atualmente, temos o uso de máquinas para o preparo do solo, antigamente feito com aiveca e tração animal; o uso de defensivos e

adubos químicos, e a prática da indução floral para concentrar a colheita dos frutos no período do verão.

Se o início do cultivo é relativamente recente, desde a implantação do abacaxi houve mudanças significativas nos canais de escoamento da produção, o que determinou inclusive alterações no sistema de cultivo, como a indução floral. As primeiras safras eram vendidas nas praias, aonde se chegava por carretas de boi e carroças, ou então eram levadas a Porto Alegre, onde eram negociadas em feiras. Os entrevistados salientam que nessa época, não havia abacaxi vindo de outros estados do país, e o fruto do litoral era comercializado *in natura* diretamente com os consumidores finais.

A partir de 1965-68, as indústrias de doces de Pelotas começaram a comprar os frutos de Terra de Areia, através da AGAPÊ. Mais tarde uma indústria de doces se estabeleceu em Terra de Areia, a INALTA, que funcionou entre meados de 1975 a 1980. A partir de então, além da venda do produto *in natura*, seu uso para fabricação de compota fez com que a demanda aumentasse. Alguns entrevistados mencionam o período entre 1960 e 1980 como a fase áurea da produção na região, tanto que Noronha (1970) registra dados de 1620 hectares de abacaxi no litoral norte do RS, o que incluía inúmeras áreas de solo argiloso das encostas além dos solos arenosos de Terra de Areia e região.

Entretanto, a partir de 1980 as indústrias passaram a trazer abacaxi de outros estados, estes eram de outras variedades, apresentavam frutos maiores e com maior rendimento de polpa. Esse fato, num primeiro momento, desestimulou os produtores que não conseguiam escoar a produção pelos canais já estabelecidos. Muitos produtores deixaram de produzir nesse período, e subsistiu apenas a venda direta do fruto *in natura*, na praia ou na CEASA (Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul). Gradativamente, no entanto, o consumo na praia foi aumentando, o que estimulou permanência e/ou a volta de muitos produtores à atividade.

Estima-se que hoje em torno de 50% da produção seja comercializada no litoral, 25% seja destinada a região metropolitana de Porto Alegre, incluindo a CEASA, ficando os demais 25% entre um canal e outro, sofrendo variações sujeitas ao contexto do momento. Aumentou também a venda direta ao consumidor, através do estabelecimento de tendas nas estradas de acesso ao Litoral, especialmente após a conclusão da Rota do Sol e da duplicação da BR-101 no trecho do Litoral Norte do RS.

A reputação do fruto foi sendo construída de maneira informal ao longo do tempo, prova é a realização da Festa Nacional do Abacaxi que acontece a cada dois anos no município de Terra de Areia para comemorar a colheita e difundir o artesanato e a gastronomia baseados no produto. A Festa existe há vinte anos, e os produtores acreditam que ela ajuda a reforçar a relação do abacaxi com seu local de origem e, ao mesmo, tempo valorizar o produto.

Essa reputação e fluxo turístico crescente vem aumentando a demanda pelo abacaxi no Litoral Norte. Entrevistas feitas com os comerciantes das tendas das principais rodovias de acesso ao território confirmam a preferência pelo abacaxi local, todos foram unânimes em dizer que 90% dos consumidores que param nas tendas e procuram pelo abacaxi têm preferência pelo “abacaxi terra de areia”. Segundo esses mesmos entrevistados, a oferta do

produto não seria suficiente para abastecer as tendas situadas nas estradas da região no período de veraneio.

Um dos entraves apontados pelos produtores para o aumento da produtividade na cultura é a falta de assistência técnica, a falta de apoio das instituições locais, como prefeituras e governo do estado, e também a carência de mão-de-obra para trabalhar nas lavouras. Haveria, na interpretação dos produtores, por parte das novas gerações desinteresse em trabalhar com o abacaxi em função da penosidade, da falta de apoio e da falta de valorização do produto.

A situação não deixa de ser paradoxal: um fruto com forte reputação, elevada demanda, mas cujos produtores tem dificuldade para aumentar a produtividade e mesmo a área plantada, e que vem sofrendo com a concorrência externa. Uma ferramenta que poderia auxiliar na valorização dessa oferta, podendo remunerar melhor o trabalho dos produtores, reconhecendo e preservando as práticas e conhecimentos desenvolvidos localmente ao longo do tempo para essa importante cultura agrícola no território poderia ser uma certificação de origem, como a IG.

Quadro 5 – Resumo do Sistema agrário produtivista-contemporâneo com foco na cultura do abacaxi

Elementos do sistema / Período	Agrário produtivista – foco na cultura do abacaxi
Descrição da unidade de Paisagem	Planície costeira.
Modo de exploração do meio	Criação de gado extensiva, cana-de-acúcar, fumo, hortaliças em cultivo protegido e abacaxi.
Instrumentos de produção	De acordo com o cultivo, equipamentos manuais e mecanizados.
Força de trabalho	Livre assalariada, mão de obra familiar.
Modo de acesso ao fundiário	Individual, com títulos de posse regularizados.
Principais categorias sociais	Pecuaristas, agricultores familiares, comerciantes.
Relações de produção e troca	Mercantilizada.
Produtos da exploração do meio	Gado bovino, hortaliças, abacaxi. Turismo.
Fatores de crise e transição para o sistema seguinte	---

Fonte: Elaboração própria (2017)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo teve como objetivo contribuir para o conhecimento acerca da história das práticas agrícolas que se sucederam no atual território de cultivo do “abacaxi terra de areia”. Como pudemos observar diferentes ciclos econômicos foram delimitados, influenciados por distintos grupos humanos, cada um trazendo para o território sua cultura, práticas agrícolas e pecuárias, bem como novas espécies vegetais. Fatores externos também influenciaram a conformação desses ciclos.

Como mencionado esse estudo é uma das etapas de um projeto maior, que pretende verificar o potencial para obtenção de uma IG por parte do “abacaxi terra de areia”. Estudos

para a caracterização das condições climáticas e de solo, da cadeia de comercialização, dos sistemas de cultivo implementados, bem como da reputação do produto junto aos consumidores também vem sendo conduzidos no âmbito desse projeto. O referencial dos Sistemas Agrários nos permitiu situar o cultivo no abacaxi ao longo dos ciclos econômicos locais. Resgatar a história do território através dessa metodologia nos permitiu retrair a história dessa cultura agrícola, o que é um traço fundamental para o conceito de IG. As indicações de origem, no que concernem os produtos alimentares, estão baseadas na noção de patrimônio. Bérard e Marchenay (2007, p. 10) propõem dois critérios a fim de caracterizar o patrimônio em termos de oferta alimentar: a profundidade histórica e o saber-fazer compartilhado. Os autores argumentam que o saber-fazer ligado a práticas comuns, inscritas na história de um território formam uma dimensão coletiva ‘ancorada’ na cultura. Tal laço “[...] permite distinguir a proveniência (vir de um lugar), da origem (ser de um lugar)”⁷. Por outro lado, a dimensão temporal pode variar conforme o caso, podendo ser de muitos séculos ou muitas décadas, em relação à história local.

Num contexto histórico longo, vimos que o cultivo do abacaxi surge no sistema agrário atual e que sua implantação está relacionada à busca de alternativas para as propriedades rurais do Litoral Norte do RS. Pudemos constatar também que o núcleo urbano que deu origem ao município, e que empresta seu nome ao abacaxi, surge aproximadamente no mesmo período: ambos a partir da década de 1940. Nesses quase setenta anos, houve a expansão da cultura puxada pela demanda das indústrias de compotas, seu posterior recrudescimento com a substituição da oferta local e o fechamento da unidade de beneficiamento de Terra de Areia. Mais recentemente, entretanto, tem-se registrado aumento na demanda pelo abacaxi local. Essa demanda seria pelo fruto *in natura* e composta principalmente pelo fluxo turístico no Litoral Norte do RS nos meses de verão.

Apesar do cultivo do abacaxi ser considerado uma atividade recente, dada a história longa da ocupação humana no Litoral Norte do RS, nossos resultados mostram que ele tem uma importância histórica, uma relação econômica, social e ambiental com seu território de produção. Podemos concluir, assim, que o “abacaxi terra de areia” pode ser considerado um patrimônio local, pois ele mobiliza relações complexas entre si e seu território de origem, relações essas delimitadas em termos espaciais e históricos.

REFERÊNCIAS

AMBROSINI, L. B.; MIGUEL, L. A.; FILIPPI, E. E. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários nos Campos de Cima da Serra: origem dos pecuaristas familiares produtores do Queijo Serrano. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, p. 171-87, jul./dez. 2012.

AURIER, P.; FORT, F.; SIRIEIX, L. **Exploring terroir product meanings for the consumer**. *Anthropology of Food*, n. 4, 2005. Disponível em: <<http://aof.revues.org/sommaire34.html>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

BARBOSA, F. D. **Vacaria dos Pinhais**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1978.

⁷ “[...] permet de distinguer la provenance (venir d’un lieu), de l’origine (être d’un lieu)”.

BARCELLOS, R. **Estudos Rio Grandenses**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1960.

BARJOLLE, D.; BOISSEAUX, S.; DUFOUR, M. **Le lien au terroir**: Bilan des travaux de recherche. Institut d'économie rurale, ETHZ, antenne romande, 1998. Disponível em: <<http://www.aoc-igp.ch/files/upload/Lien%20%20terroir.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

BARROSO, V. L. M. Canaviais, engenhos e açúcar no Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciências e Letras**, n. 41, p. 53-82, jan./jun. 2007.

BARROSO, V. L. M. **Moendas caladas**: Açúcar Gaúcho S. A. – AGASA: um projeto popular silenciado: Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990). 2006. Tese (Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado e Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

BÉRARD, L.; MARCHENAY, P. **Produits de terroir**: comprendre et agir. Bourg-en-Bresse: CNRS, 2007.

BRACK, P. et al. Árvores e arbustos na vegetação natural de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Iheringia - Série Botânica**, v. 2, n. 51, p. 139-66, 1998.

BRACK, P. Vegetação e paisagem do litoral Norte do Rio Grande do Sul: patrimônio desconhecido e ameaçado. In: RESUMOS DO ENCONTRO SOCIOAMBIENTAL DO LITORAL NORTE DO RS, 2., 2006, Imbé. **Anais...** Imbé, 2006.

CARVALHO, M. T. **Nobiliário sul-riograndense**. Porto Alegre: Globo, 1937.

CORRESPONDENCIA dirigida ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul em 16 set. 1861. CACMSAP, 1861. AHRs.

COTRIM, D. S. **Agroecologia, sustentabilidade e os pescadores artesanais**: o caso de Tramandaí (RS). 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – Mestrado e Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

CUNHA, L. P. **Índios xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul** (século XIX). Porto Alegre: Evangraf, 2012.

ELY, M. H. Intercâmbios de usos e costumes no ciclo do tropeirismo entre o Litoral Norte/RS e os Campos de Cima da Serra. In: SANTOS, L.M.S.; BARROSO, V.L.M. (Org.). **Bom Jesus na Rota do Tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições Est, 2004, p. 649-52.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político Brasileiro. v. 1 e 2. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998.

FEE (Fundação de Economia e Estatística) HEUSER, Siegfried Emanuel. **Dados abertos**. Porto Alegre: FEE, 2015. Disponível em: <<http://dados.fee.tche.br/>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

_____. **Perfil socioeconômico - Coredes**. Porto Alegre: FEE, 2011. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

FERNANDES BASTOS, M. E. **Noite de Reis**: narrativa histórica. Porto Alegre: Globo, 1935.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Banco de dados agregados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 mar 2015.

_____. **Cidades@**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

KERN, A. A. Pescadores-coletores pré-históricos do Litoral Norte. In: KERN, A. A. (org.). **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p. 167-190.

LAVALLE, A. M. O registro do Rio Negro. In: SANTOS, L. M. S.; BARROSO, V. L. M. (Org.). **Bom Jesus na Rota do Tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 320-326.

LOPEZ, L. R. **História do Brasil Colonial**. 6.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

MAESTRI, M. **O escravo no Rio Grande do Sul**: trabalho, resistência e sociedade. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2006.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 1997/1998.

NEIS, R. P. **Guarda velha de Viamão**: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: Sulina, 1975.

NORONHA, R. T. D. **Fruticultura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre Secretaria de Coordenação e Planejamento – Depto. Estadual de Estatística, 1970.

OLIVEIRA, L. D. O Caminho das tropas. In: SANTOS, L. M. S.; BARROSO, V. L. M. (Org.). **Bom Jesus na Rota do Tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 192-203.

PASQUETTI, C. A. Turismo, História e Cultura e Maquiné. In: CASTRO, D. (org.). **História natural e cultural de Maquiné**: de tempos muito antigos até o século XXI. Porto Alegre: Via Sapiens, 2009, p.43-55.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 8.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PRINTES, R. B. Indígenas. In: SOUZA, G. C.; PERUCHI, L. C.; KUBO, R. R. (eds.). **Patrimônio socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí**. Série Difusão IEPE/UFRGS. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013, p. 22-24.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

RUSCHEL, D. P.; RUSCHEL, R.R. **São Domingos das Torres**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

RUSCHEL, R. R. Os dois caminhos pioneiros do Rio Grande do Sul. In: BARROSO, V.L.M. (Org.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha**, São Francisco de Paula e Tramandaí. Porto Alegre: EST, 1992, p. 215-233.

SANTIN, A.; PINHEIRO, M. F. M. A cultura do abacaxizeiro no Litoral Norte do RS: histórico, problemas e perspectivas. **Letras da Terra**, n. 20, 2009. Disponível em: <<http://www.agptea.org.br/imagem/pdf/LT20FINAL.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

SHAEFFER, I. J. **Breve relato histórico da fundação de Três Cachoeiras**. Sem editora, 1985.

SILVA, M. R. da. **Navegação lacustre Osório-Torres**. Porto Alegre: Luzzatto, 1985.

SOARES, L. S. **Tramandaí terra e gente**. Porto Alegre: Age, 1985.

VALSESCHINI, E. La dénomination d'origine comme signal de qualité crédible. **Revue d'Economie Régionale et Urbaine**, n. 3, p. 489-500, 2000.

WAECHTER, J. L. Comunidades vegetais das restingas do RS. In: SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS DA COSTA SUL E SUDESTE BRASILEIRA, 2., 1990, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia, 1990.

WITT, M. A. **Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840/1889**. 2001. Dissertação (Centro de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em História Política – Mestrado e Doutorado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2001.

WIVES, D. G. **Funcionamento e performance dos sistemas de produção da banana na microrregião do Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – Mestrado e Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre. 2008.

Artigo recebido em: 25/10/2016

Artigo aprovado em: 08/05/2017